

# CONTEÚDO

## *programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
LÍNGUA PORTUGUESA	<p>1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.</p> <p>2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.</p> <p>3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2 Emprego da acentuação gráfica.</p> <p>4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego/correlação de tempos e modos verbais.</p> <p>5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 5.4 Concordância verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Colocação dos pronomes átonos.</p> <p>6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.</p> <p>7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.2 Adequação do formato do texto ao gênero</p> <p>8 Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.</p>
REDAÇÃO	Estudo das técnicas de escrita das peças e estudos de casos

# CONTEÚDO

*programático*

## DISCIPLINA

## CONTEÚDO

### DIREITO PENAL GERAL

Panorama do Direito Penal/ Introdução ao Direito Penal.1. Princípios fundamentais do Direito Penal. 1.1. Princípios constitucionais do Direito Penal. 1.2 Fontes do Direito Penal. 2 Aplicação da lei penal. 2.1. Princípios da legalidade e da anterioridade. 2.2. A lei penal no tempo e no espaço. 2.3. Tempo e lugar do crime. 2.4. Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.5. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 2.6. Pena cumprida no estrangeiro. 2.7. Eficácia da sentença estrangeira. 2.8. Contagem de prazo. 2.9. Frações não computáveis da pena. 2.10. Interpretação da lei penal. 2.11. Analogia. 2.12. Irretroatividade da lei penal. 2.13. Conflito aparente de normas penais. 3. Interpretação da lei penal. 4 Teoria geral do crime. 4.1 Conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. 4.2 Bem jurídico. 4.3 Punibilidade. 4.4 Concurso de crimes e crime continuado. 4.5 Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal 5 Teoria do tipo. 5.1 Crime doloso e crime culposo. 5.2 Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. 5.3 Erro de tipo. 5.4 Classificação jurídica dos crimes. 5.5 Crimes comissivos e omissivos. 5.6 Crimes de dano e de perigo. 5.7 Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. 5.8 Iter criminis. 5.9 Consumação e tentativa. 5.10 Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5.11 Arrependimento posterior. 5.12 Crime impossível. 6 Ilícitude. 6.1 Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. 7 Teoria geral da culpabilidade. 7.1 Fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. 7.2 Princípio de culpabilidade. 7.3 Culpabilidade e pena. 7.4 Causas de exclusão da culpabilidade. 7.5 Imputabilidade. 7.6 Erro de proibição. 8 Concurso de agentes. 8.1 Autoria e participação. 8.2 Conduta delituosa, resultado, relação de causalidade e imputação. 8. Concurso de pessoas 9 Teoria geral da pena. 9.1 Cominação das penas. 9.2 Penas privativas de liberdade. 9.3 Penas restritivas de direitos. 9.4 Regimes de pena. 9.5 Pena pecuniária. 9.6 Medidas de segurança. 9.7 Aplicação da pena. 9.8 Elementares e circunstâncias. 9.9 Causas de aumento e de diminuição das penas. 9.10 Fins da pena. 9.11 Livramento condicional e suspensão condicional da pena. 9.12 Efeitos da condenação. 9.13 Execução penal. 10 Extinção da punibilidade. 10.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência. 10.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO PENAL ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"><li>1 Crimes contra a pessoa</li><li>2 Crimes contra o patrimônio.</li><li>3 Crimes contra a propriedade imaterial.</li><li>4 Crimes contra a propriedade intelectual.</li><li>5 Crimes contra a organização do trabalho.</li><li>6 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.</li><li>7 Crimes contra a dignidade sexual.</li><li>8 Crimes contra a família.</li><li>9 Crimes contra a incolumidade pública.</li><li>10 Crimes contra a paz pública.</li><li>11 Crimes contra a fé pública.</li><li>12 Crimes contra a administração pública.</li><li>13 Crimes contra as finanças públicas.</li></ul>
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"><li>Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Pena).</li><li>Lei nº 11.343/2006 (Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes)</li><li>Lei nº 9.613/1998 (Lavagem de Capitais)</li><li>Lei nº 9.034/1995 (Lei do Crime Organizado).</li><li>Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).</li><li>Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional)</li><li>Lei nº 1.521/1951 (Crimes Contra a Economia Popular)</li><li>Lei nº 8.137/1990 (Crimes contra a ordem econômica e tributária e as relações de consumo).</li><li>Lei nº 8.176/1991 (Crimes Contra a Ordem Econômica)</li><li>Lei nº 8.078/1990 (Crimes contra as relações de consumo).</li><li>Lei nº 8.429/92 (Lei do enriquecimento ilícito).</li><li>Lei nº 8.666/1993 (Crimes nas licitações e contratos da administração pública).</li><li>Lei nº 9.029/1995 (Crimes Contra o Trabalho).</li><li>Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência).</li><li>Lei nº 9.279/1996 (Lei de Patentes)</li><li>Lei nº 9.609/1998 (Proteção intelectual ao programa de computação).</li><li>Lei nº 9.434/1997 (Lei do Transplante de Órgãos).</li><li>Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança)</li><li>Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamentos).</li><li>Lei nº 4.898/1965 (Crimes de abuso de autoridade)</li></ul>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
<p>LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL</p>	<p>Lei nº 9.455/1997 (Lei dos crimes de tortura).            Lei nº 8.072/1990 (Lei dos crimes hediondos).            Lei nº 2.889/1956 (Crime de Genocídio).            Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo)            Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento).            Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).            Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado)            Lei nº 12.830/2013 (Investigação Criminal Conduzida pelo Delegado)            Lei nº 5.553/1968 (Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal)            Lei nº 9.807/1999 (Proteção a vítimas e testemunhas).            Lei nº 9.296/1996 (Lei da Escuta telefônica)            Lei nº 7.716/1989 (Lei dos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).            Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).            Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude).            Lei nº 10.671/2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor).            Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal)            Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Criminais).            Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).            Lei nº 12.016/2009 (Nova Lei do Mandado de Segurança)</p>
<p>PROCESSO PENAL</p>	<p>1 Direito processual penal. 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características. 1.2 Fontes. 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. 1.4 Sistemas de processo penal.            2 Inquérito policial. 2.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis; delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.            3 Ação penal. 3.1 Conceito, características, espécies e condições.            4 Competência. 4.1 Critérios de determinação e modificação. 4.2 Incompetência. 4.3 Conexão e continência.</p>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
<p>PROCESSO PENAL</p>	<p>5 Provas. 5.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 5.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 5.3 Valoração. 5.4 Ônus da prova. 5.5 Provas ilícitas. 5.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. 5.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários.</p> <p>6 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, auxiliares da justiça, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições.</p> <p>7 Questões e processos incidentes.</p> <p>8 Juizados especiais criminais. 8.1 Termo circunstanciado de ocorrência. 8.2 Atos processuais. 8.3 Forma, lugar e tempo.</p> <p>9 Prisão. 9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. 9.2 Prisão em flagrante. 9.3 Prisão temporária. (Lei n.º 7.960/89) 9.4 Prisão preventiva. 9.5 Alterações da Lei nº 12.403/2011. 9.6 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. 9.7 Fiança.</p> <p>10 Das nulidades</p> <p>11 Citação, intimação, interdição de direito.</p> <p>12 Sentença criminal. Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal.</p> <p>13 Recursos em geral.</p> <p>14 Processo criminal de crimes comuns.</p> <p>15 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.</p> <p>16 Procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri.</p>
<p>MEDICINA LEGAL</p>	<p>1. Conceito e divisão da Medicina Legal; História da Medicina Legal; Corpo de delito; Perícias e Peritos em Medicina Legal; Documentos Médico-Legais; Identidade e Identificação: Conceitos; Identificação Humana e Perícias Biométricas.</p> <p>2. Traumatologia Forense: Classificação dos agentes lesivos; quantidade e qualidade do dano; Lesões e morte por armas brancas (instrumentos perfurantes, cortantes, pérfuro-cortantes, corto-contundentes).</p> <p>3. Tanatologia Forense: Conceito e diagnóstico da morte; Fenômenos cadavéricos; Cronologia da morte; Pré-moriência e comoriência; Sobrevivência; Morte suspeita e Morte súbita; Lesões intravitam e lesões post mortem.</p>

# CONTEÚDO

*programático*

## DISCIPLINA

## CONTEÚDO

### MEDICINA LEGAL

4. Traumatologia Forense: Lesões e morte por instrumentos perfuro-contundentes, projéteis de arma de fogo comuns e projéteis de arma de fogo de alta energia; lesões e morte por explosivos.

5. Traumatologia Forense: Lesões e morte por ação térmica, por baropatias e por ação elétrica. Síndrome de maus tratos à criança e ao adolescente (abusos físicos, sexuais e outros).

6. Sexologia Forense: Aspectos médico-legais dos crimes contra a dignidade sexual. Conceito de ato libidinoso; diagnóstico de conjunção carnal e ato libidinoso diverso de conjunção carnal; estupro.

7. Asfixiologia Forense: Conceito de asfixias; classificação dos tipos e modalidades: constrição do pescoço, sufocação e mudança do meio ambiente.

8. Aspectos médico-legais da gravidez, parto e puerpério. Aborto. Infanticídio. Provas de vida intra-útero e intraparto.

9. Toxicologia Forense: Conceito de cáustico e veneno; Principais causas jurídicas de envenenamento. Drogas de uso e abuso.

10. Limitadores e modificadores da imputabilidade penal e capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação da saúde mental.

11. Aspectos médico-legais das drogadições (toxicomanias) e da embriaguez. Principais drogas ilícitas e substâncias de uso e abuso.

12. Aspectos médico-legais do casamento. Parafilias. Exames de locais de morte suspeita:

13. Perinecropsopia: o cadáver, manchas suspeitas; identificação de pelos humanos;

14. Tanatologia Forense: inumação e exumação, causa médica e causa jurídica da morte.

15. Psicologia e Psicopatologia médico-legais.

CRIMINALÍSTICA (dentro de medicina legal)

1 Conceito de criminalística.

2 Prova. 2.1 Conceito e objeto da prova. 2.2 Tipos de prova: prova confessional, prova testemunhal, prova documental e prova pericial.

2.3 Formas da prova: forma direta e indireta.

3 Corpo de delito: conceito.

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
CRIMINOLOGIA	<p>1. O conceito, método, objeto, sistema e funções da Criminologia. 1.1. Conceitos de crime, de criminoso e de pena nas diversas correntes do pensamento criminológico (nas Escolas Clássica, Positiva e Técnico-Jurídica e na Criminologia Crítica). 2. Vitimologia. 3. Criminologia científica e os seus modelos teóricos. 4. O homem delinquente. Teorias bioantropológicas, psicodinâmicas e psicopsicológicas. 5. A sociedade criminógena. Sociologia Criminal e Desorganização Social. Teorias dasubcultura delinquente e da anomia. A perspectiva interacionista. 6. A Criminologia e o Paradigma da Reação Social. 7. Criminologia na América Latina e as agências de controle. 8. Criminologia e Política Criminal. 9. Criminologia e Ciência Criminais. 10. Criminologia e o Sistema de Justiça Criminal. 11. Criminologia e o papel da Polícia Judiciária. 12. A criminologia no Estado Democrático de Direito.</p>
DIREITO CONSTITUCIONAL	<p>1 Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; perspectiva sociológica; perspectiva política; perspectiva jurídica; fontes formais; concepção positiva. 2 Constituição: sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos. 2.1 Classificações das constituições: constituição material e constituição formal; constituição-garantia e constituição- dirigente; normas constitucionais. 3. Aplicabilidade das normas constitucionais. 3.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 3.2. Normas programáticas. 4. Interpretação constitucional. 4.1 Métodos e conceitos aplicados à interpretação constitucional. 4.2 Fenômenos constitucionais. 5 Poder constituinte. 5.1 Fundamentos do poder constituinte. 5.2 Poder constituinte originário e derivado. 5.3 Reforma e revisão constitucionais. 5.4 Limitação do poder de revisão. 5.5 Emendas à Constituição. 5.6 Poder constituinte e revolução. 6 Controle de constitucionalidade. 6.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 6.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 6.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 6.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais. 6.5 O fenômeno Jurídico da desconstitucionalização</p>

# CONTEÚDO

*programático*

## DISCIPLINA

## CONTEÚDO

### DIREITO CONSTITUCIONAL

7 Direitos e deveres fundamentais. 7.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 7.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 7.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 7.4 Partidos políticos. 7.5 Garantias constitucionais individuais. 7.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 7.7 Remédios do direito constitucional. 7.8 Direitos Sociais e sua efetivação. 7.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. 8. Organização político-administrativa do Estado. 8.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 8.2 Regras de organização; repartição de competências e intervenção 9. União: natureza jurídica, competências e bens. 9. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de autoorganização e seus limites. 10. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de autoorganização e seus limites. 10.1 Lei Orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. 11. Distrito Federal e Territórios. 11.1 Organização Administrativa do Estado: Administração Pública – noção, princípios, normas e organização. Servidores Públicos civis e militares – regime jurídico constitucional. 12. Poder Legislativo: funções, organização e funcionamento. 12.1 Comissões parlamentares de inquérito. 12.1 Espécies normativas. 13. Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 14. Poder Executivo: Presidente da República, Governadores e Prefeitos – eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições. Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. 15. Poder Judiciário: funções, organização, competências e funcionamento. 15.1 Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados; 16. Ministério Público. Advocacia. Defensoria Pública. 17. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Polícia Civil. 18. Ordem social: fundamentos e objetivos. 18.1 Seguridade social, educação, cultura e desporto. 18.2 Comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso e índio.

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITOS HUMANOS	<p>1 Conceito e evolução histórica. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos.</p> <p>2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José) (Decreto n.º 678/1992)</p> <p>3 Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução n.º 217ª</p>
DIREITO ADMINISTRATIVO	<p>1. Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios. 3 Organização administrativa: centralização, descentralização</p> <p>1 Conceito e evolução histórica. Organização nas Nações Unidas: papel, surgimento e objetivos. 2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José) (Decreto n.º 678/1992) 3 Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução n.º 217ª</p> <p>alização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta. 4 Atos administrativos. 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 4.2 Fato e ato administrativo. 4.3 Atos administrativos em espécie. 4.4 O silêncio no direito administrativo. 4.5 Cassação. 4.6 Revogação e anulação. 4.7 Processo administrativo. 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 4.10 Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 4.13 Atos administrativos gerais e individuais. 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 4.16 Ato administrativo inexistente. 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 4.19 Vícios do ato administrativo. 4.20 Teoria dos motivos determinantes. 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.</p>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO ADMINISTRATIVO	<p>5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 5.2 Poder disciplinar. 5.3 Poder de polícia. 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia. Poderes: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar. 6 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. Concessão, permissão e autorização do serviço público. Parceria público-privada. 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. 8 Agentes públicos: espécies e classificação. 8.1 Cargo, emprego e função públicos. 8.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 8.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa. 9 Bens públicos. 9.1 Regime jurídico. 9.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 9.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares. 10 Licitações: modalidades e procedimentos. 10.1 Objeto e finalidade. 10.2 Destinatários. 10.3 Princípios. 10.4 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 10.5 Modalidades. 10.6 Tipos. 10.7 Procedimento. 10.8 Anulação e revogação. 10.9 Sanções administrativas. 11 Contratos administrativos. 12 Agentes públicos: espécies e classificação. 12.1 Cargo, emprego e função públicos. 12.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 12.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa. 12.4. Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 12.5. Lei nº8.112/1990 e alterações. 13. Controle e responsabilização da administração. 13.1. Controle administrativo. 13.2. Controle judicial. 13.3. Controle legislativo. 13.4. Responsabilidade civil do Estado. 14. Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).</p>
DIREITO TRIBUTÁRIO	<p>1. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Normas gerais de direito tributário. 2. Sistema Tributário Nacional. Competência tributária. Limitações constitucionais do poder de tributar. Princípios constitucionais tributários. Imunidade. 3. Conceito e classificação dos tributos. 4. Tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 5. Repartição das receitas tributárias. 6. Obrigação tributária: conceito, espécies, fato gerador (hipótese de incidência), sujeitos ativo e passivo, solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. 7. Crédito tributário: constituição e extinção.</p>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO TRIBUTÁRIO	8. A administração tributária. 9. Sigilo fiscal: tratamento constitucional e legal. 10. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº101/2000). 11 Responsabilidade tributária. 11.1 Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. 11.2 Solidariedade e sucessão. 11.3 Responsabilidade pessoal e de terceiros. 11.4 Responsabilidade supletiva.
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1 Seguridade social. 1.1 Conceito e disciplina constitucional. 1.2 Princípios e objetivos. 1.3 Saúde, assistência social e previdência social. 3 Regime geral de previdência social. 3.1 Normas constitucionais. 3.2 Planos de benefícios da previdência social. 3.3 Segurados obrigatórios. 3.4 Segurados facultativos. 3.5 Aquisição, manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado. 3.6 Dependentes. 3.7 Regras gerais aplicáveis aos benefícios. 3.8 Período de carência. 3.9 Cálculo do valor do benefício. 3.10 Salário de benefício. 3.11 Renda mensal do benefício. 3.12 Reajustamento do valor do benefício. 3.13 Período básico de cálculo e fator previdenciário. 3.18 Cumulação de benefícios. 3.19 Contagem recíproca de tempo de serviço. 4 Decadência e prescrição. 4.1 Decadência e prescrição para os beneficiários. 4.2 Decadência e prescrição para o INSS. Benefícios em espécie. 3.15 Benefícios dos segurados. 3.16 Benefícios dos dependentes. Benefícios em espécie. 3.15 Benefícios dos segurados. 3.16 Benefícios dos dependentes. conceito, parcelas integrantes e não integrantes. Normas constitucionais; contribuições dos segurados; conceito de empresa e empregador doméstico. Contribuições do empregador, da empresa e de entidades equiparadas. 2.5 Contribuição do empregador doméstico. 2.8 Outras receitas da seguridade social. Arrecadação e recolhimento das contribuições. 2.10 Obrigações das empresas. 2.11 Prazos de recolhimento, juros, multa e atualização monetária. 2.12 Obrigações acessórias. 2.13 Prova da inexistência do débito. Crimes contra a seguridade e a previdência social. 5.1 Apropriação e sonegação de contribuição previdenciária. 5.2 Estelionato contra o INSS.

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	5.3 Crimes contra a fé pública em detrimento do INSS. 5.4 Crimes contra a administração pública em detrimento do INSS. 5.5 Inserção de dados falsos em sistemas de informações. 5.6 Modificação ou alteração não autorizada em sistemas de informação. 5.7 Extinção e suspensão de punibilidade. 5.8 Constituição prévia e definitiva da contribuição previdenciária no âmbito administrativo. Aspectos criminais da legislação previdenciária: Lei nº 8.212/1991 e suas alterações, Lei nº 8.213/1991 e suas alterações, Decreto nº 3.048/1999 e suas alterações.
DIREITO CIVIL	1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. Hermenêutica e Aplicação da Lei. 2 Pessoas naturais. 2.1 Existência. 2.2 Personalidade. 2.3 Capacidade. 2.4 Nome. 2.5 Estado. 2.6 Domicílio. 2.7 Direitos da personalidade. 2.8 Ausência. 2.9 Personalidade. 3. Pessoa jurídica. 3.1 Constituição. 3.2 Extinção. 3.4 Classificação. Pessoa Jurídica de Direito Público e de Direito Privado. Representação e responsabilidade 4. Domicílio e residência. 5 Bens. 5.1 Diferentes classes. 6 Ato, fato e negócio jurídico. 6.1 Conceito e classificação. 6.2 Interpretação dos atos jurídicos. 6.3 Defeitos dos atos jurídicos. 6.4. Forma dos atos jurídicos. 6.5 Nulidade absoluta e relativa. Confirmação. Atos ilícitos. 6.6 Prescrição e decadência. 7 Obrigações: modalidades, fontes e efeitos e os contratos em geral. 7.2 Transmissão das obrigações. 7.3 Adimplemento e extinção das obrigações. 7.4 Inadimplemento das obrigações e suas consequências. 8 Responsabilidade civil: noções gerais, culpa e dolo. 9 Direito das Coisas. 9.1 Posse: aquisição, efeitos e perda. 9.2 Aquisição e perda da propriedade. 9.3 Usucapião. 9.4 Direito real sobre coisa alheia. 10 Do Direito de Família. 10.1 Direito Pessoal. 10.2 Direito Patrimonial. 10.3 União Estável. 11 Sucessões. 11.1 A herança e sua administração. 11.2 Vocação hereditária. 11.3 Aceitação e renúncia da herança. 11.4 Cessão de herança. Excluídos da herança. Deserdação. 11.5 Sucessão legítima. Sucessão do companheiro. Sucessão testamentária. 11.6 Testamento. Formas de testamento. Disposições testamentárias. Codicilo. Fideicomisso. Legados. Direito de acrescer e substituições. Execução do testamento. Sonegados. Redução das disposições testamentárias. Revogação, rompimento e anulação do testamento. Testamenteiro. Inventário e Partilha.

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	<p>1. Princípios constitucionais do Processo Civil: princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos: princípios do contraditório, da ampla defesa e do juiz natural. 2. Jurisdição, ação, pretensão e processo. 2.1 Noções: espécies de processo e tutela jurisdicional. 2.2 Tutelas de urgência: conceito, espécies, extensão, profundidade. 3. Atos processuais: espécies, formas, prazos e comunicações processuais. 4. O processo civil e o controle judicial dos atos administrativos: mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa. 5. Teoria geral da prova.</p>
DIREITO EMPRESARIAL	<p>1 Direito Empresarial. 10.1 Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características. 10.2 Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus per s. 2 Teoria geral dos títulos de crédito. 11.1 Títulos de crédito: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. 11.2 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. 11.3 Ações cambiais. 3 Espécies de empresa. 12.1 Responsabilidade dos sócios. 12.2 Distribuição de lucros. 12.3 Sócio oculto. 12.4 Segredo comercial. 4 Teoria geral do direito societário. 13.1 Conceito de sociedade; personalização da sociedade. 13.2 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas; sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas. 13.3 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização. 13.4 Sociedade limitada; sociedade anônima. 13.5 Estabelecimento empresarial. 13.6 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária. 13.7 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial. 5 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação.</p>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO ELEITORAL	<p>Direitos políticos. Partidos políticos. (Constituição Federal)1 Lei Federal nº 4.737/1965 e alterações posteriores (Código Eleitoral). 1.1 Introdução. 1.2 Órgãos da justiça eleitoral. 1.2.1 Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 1.2.2 Tribunais regionais eleitorais. 1.2.3 Juízes eleitorais e juntas eleitorais: composição, competências e atribuições. 1.3 Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. 2 Lei Federal nº 9.504/1997. 2.1 Disposições gerais. 2.2 Coligações. 2.3 Convenções para escolha de candidatos. 2.4 Registro de candidatos. 2.5 Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 3 Lei Federal nº 9.096/1995. 3.1 Disposições preliminares. 3.2 Filiação partidária. 4 Resolução do TSE nº 21.538/2003. 4.1 Alistamento eleitoral. 4.2 Transferência de domicílio eleitoral. 4.3 Segunda via da inscrição. 4.4 Restabelecimento de inscrição cancelada por equívoco. 4.5 Formulário de atualização da situação do eleitor. 4.6 Título eleitoral. 4.7 Acesso às informações constantes do cadastro. 4.8 Restrição de direitos políticos. 4.9 Revisão do eleitorado. 4.10 Justificação do não comparecimento à eleição (com a alteração do Acórdão do TSE nº 649/2005).Lei nº 4.737/1965 (Crimes Eleitorais)Lei nº 9.504/1997 (Normas para eleição)</p>
DIREITO AMBIENTAL	<p>1. Princípios do Direito Ambiental. 2. A Constituição Federal e o meio ambiente. 3. A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos). 4. A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000 e regulamentos). A Proteção e a conservação da biodiversidade. A Lei nº 11.516/2007. 5. Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos). Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/2008). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, Res. CONAMA nº 428/2010 e regulamentos). 6. Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC). Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Proteção e conservação da biodiversidade. Legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas. Biossegurança e controle de organismos geneticamente modificados (OGM). 7. Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental.Lei nº 9.605/1998 (Lei dos crimes contra o meio ambiente)</p>

# CONTEÚDO

*programático*

DISCIPLINA	CONTEÚDO
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
DIREITO DO IDOSO	Lei nº 10.741/2003 (Crimes no Estatuto do Idoso).
DIREITO DA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Estatuto da Pessoa com Deficiência
ELABORAÇÃO DE PEÇAS PRÁTICAS	Estudo prático - análise de bancas e prática na produção das principais peças produzidas pelo Delegado de Polícia